

**DECRETO Nº 1127 DE 19 DE AGOSTO DE 2021.**

*Dispõe sobre a permissão  
de uso de bem público e  
dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Itapagipe**, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 65, VI da Lei Organica do Município de Itapagipe

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado à **SENAR – SERVIÇO DE APRENDIZAGEM RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS** inscrita no CNPJ nº 70.950.340/0001-69, permissão de uso, a título precário e gratuito, por prazo indeterminado, de bem público municipal.

**Art. 2º.** Será objeto da presente permissão de uso as salas de nº 05, 06, 07 e 08 do Centro de Eventos localizado na Rua 10, nº545, Centro no Município de Itapagipe.

**Art. 3º** A permissão de uso será formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de bem público municipal nos termos do presente Decreto, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

**I** - a natureza gratuita da permissão;

**II** - a finalidade exclusiva do uso do bem para instalação do Centro de Treinamento Profissionalizante / CTP Agro, para a realização de cursos de formação profissional rural, promoção social e programas especiais com objetivo de qualificação e capacitação profissional de produtores, trabalhadores, jovens e demais pessoas ligadas ao meio rural;

**III** – a proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão;

**IV** – a proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e escrita concordância da administração;

**V** – que as benfeitorias sejam comunicadas à Administração;

**VI** – que sejam fornecidas 05 bolsas gratuitas por turma/sala, de todos os cursos oferecidos, destinadas a atender a população carente;

**VII** – a plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo do Município, sem que fique com isto obrigada a pagar ao permissionário indenização de qualquer espécie, mesmo que sejam feitas benfeitorias:

- a)** a qualquer momento em que o bem seja necessário à Administração Pública;
- b)** quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem público.

**Parágrafo Único.** A revogação da permissão de uso em razão de qualquer dos itens anteriormente mencionados implicará no imediato retorno do bem ao Patrimônio Municipal.

**Art. 4º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 5º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 6º.** O permissionário, à sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face à sua utilização.

**Art. 7º.** Fica reservado ao Município de Itapagipe, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou de Cláusulas do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 8º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapagipe, 19 de agosto de 2021.

**Ricardo Garcia da Silva**

**Prefeito**